

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000413/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 16/06/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR026802/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47997.275144/2025-72
DATA DO PROTOCOLO: 05/06/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE ROD RIO VERDE, CNPJ n. 37.275.591/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO ROBERTO NEVES;

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS, CNPJ n. 37.275.906/0001-29, neste ato representado(a) por seu Secretário Geral, Sr(a). LUIZ LIBERALINO DE CARVALHO;

E
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E ENCOMENDAS E LOGISTICA DO SUDOESTE GOIANO, CNPJ n. 00.686.087/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ZALDO CALISTO DE LIMA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Os Trabalhadores Em Transportes Rodoviário**, com abrangência territorial em **Cachoeira Alta/GO, Caçu/GO, Jataí/GO, Mineiros/GO, Montividiu/GO, Perolândia/GO, Quirinópolis/GO, Rio Verde/GO, Santa Helena de Goiás/GO e Serranópolis/GO**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTES SALARIAIS

As partes, de forma expressa, para o período de vigência desta Convenção, ajustam que as categorias abaixo relacionadas, perceberão, a partir de **01º de maio de 2025**, serão reajustados no percentual de **5,32% (cinco virgula, trinta e dois cento)**, de acordo com a tabela abaixo:

Motorista de Bitren, Tritrem, Rodo Trem, Treminhão, e Semirreboque do Tipo Cegonha.	R\$. 2.497,57 (dois mil quatrocentos e noventa e sete reais, e cinquenta e sete centavos). prêmio de 10% (dez por cento). Já inclusos, O mencionado prêmio será devido durante o período em que a atividade for exercida e não incorporará a remuneração quando do retorno à função anterior.
---	---

Motorista Carreteiro.	R\$ 2.270,52 (dois mil, duzentos e setenta reais, e cinquenta e dois centavos).
Motorista Manobrista.	R\$. 1.909,86 (mil novecentos e nove reais, e oitenta e seis centavos)
Demais Motoristas.	R\$. 1.909,86 (mil novecentos e nove reais, e oitenta e seis centavos)
Ajudantes e Carregadores.	R\$. 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais)
Auxiliar Administrativo.	R\$. 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais)
Embarque e Outros.	R\$. 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais)

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTOS.

As empresas fornecerão aos seus empregados, comprovantes de pagamentos e descontos efetuados, discriminando salário, horas extras, prêmios, gratificação ajuda de custo, descanso semanal trabalhado e demais verbas percebidas pelo obreiro, bem como, todos os descontos efetuados, conforme artigo 464 e seu parágrafo único e artigo 465, todos da CLT. *In íbis*:

“Art. 464 - O pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empregado; em se tratando de analfabeto, mediante sua impressão digital, ou, não sendo esta possível, a sua rogo”.

Parágrafo único. Terá força de recibo o comprovante de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho.

Art. 465. “O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local do trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento deste, salvo quando efetuado por depósito em conta bancária, observado o disposto no artigo anterior.”

CLÁUSULA QUINTA - CONTRA- CHEQUE

As empresas fornecerão aos seus empregados, comprovantes de pagamentos e descontos efetuados, discriminando salário, horas extras, prêmios, gratificação ajuda de custo, descanso semanal trabalhado e demais verbas percebidas pelo obreiro, bem como, todos os descontos efetuados, conforme artigo 464 e seu parágrafo único e artigo 465, todos da CLT. *In íbis*:

PARÁGRAFO ÚNICO: Terá força de recibo o comprovante de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA SEXTA - ACORDO DE PRODUTIVIDADE PARA MOTORISTAS

Fica instituído o Acordo de Produtividade para Motoristas, com o objetivo de incentivar a eficiência operacional, a pontualidade nas entregas e o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas pelas empresas de transporte e logística vinculadas ao SETCESG.

Parágrafo Primeiro – O acordo de produtividade será formalizado por escrito entre a empresa e o empregado motorista, com base em critérios objetivos, previamente definidos, mensuráveis e compatíveis com as atividades exercidas, observando-se sempre as normas de segurança e saúde no trabalho.

Parágrafo Segundo – A remuneração variável decorrente da produtividade terá natureza estritamente indenizatória, integrando o salário, 13º, e as férias, desde que esteja claramente discriminada no contracheque como "Gratificação de Produtividade" e que não substitua parcelas salariais.

Parágrafo Terceiro – A Empresa deverá informar no contrato de trabalho os critérios de aferição da produtividade.

Parágrafo Quarto – A empresa deverá garantir que o acordo de produtividade não incentive o descumprimento da legislação de trânsito, das normas da CLT, especialmente as disposições relativas à jornada de trabalho, ao tempo de direção e aos períodos de descanso, nos termos da Lei nº 13.103/2015 (Lei do Motorista).

Parágrafo Quinto – A adoção do acordo de produtividade não poderá implicar em prejuízo ao valor do salário-base mensal, devendo sempre ser garantida ao motorista, no mínimo, a remuneração correspondente ao piso salarial da categoria.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS NOTURNAS.

A hora do trabalho noturno será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos e sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna.

Outros Adicionais

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

As horas extras prestadas serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal quando realizadas em dias úteis e de 100% (cem por cento) quando ocorridas aos domingos e feriados.

CLÁUSULA NONA - CARGAS E DESCARGAS.

As empresas se obrigam a fornecer aos motoristas, sem ônus, ajudantes e carregadores para cargas e descargas nas localidades onde não os detêm, sendo tal obrigação devida apenas para os veículos que não sejam equipados com instrumentos próprios de descargas.

PARÁGRAFO ÚNICO: O motorista que, continuamente, acumular a função de ajudante, terá o seu salário aumentado em 30% (trinta por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA - NÃO INCORPORAÇÃO SALARIAL DE BENEFÍCIOS EXTRAS

Todo e qualquer benefício adicional que as empresas espontaneamente já concedem ou venham a conceder aos seus empregados, durante a vigência deste instrumento, tais como convênios ou assistência médica/odontológica, seguro de vida em grupo, convênios de fornecimento de alimentos, auxílio alimentação, cestas de alimentação, auxílio moradia, auxílio educacional, de qualquer espécie, diárias, prêmios, clube esportivos e de lazer etc... Não será considerado em qualquer hipótese e para nenhum efeito, como parte integrante do salário ou remuneração do empregado, não podendo ser objeto de qualquer encargo trabalhista, e qualquer tipo de postulação seja a que título for acompanhado os termos da nova redação do § 2 do artigo 457 da CLT, modificado pela lei 13.467-17.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIARIA DE VIAGEM

As empresas indenizarão seus funcionários, que estiverem viajando a seu serviço, das despesas necessárias a pernoite e ou refeição fora de seus domicílios residenciais, sendo certo que a obrigatoriedade pela indenização se limita ao valor total de **R\$ 110,00 (Cento e dez reais) por dia, sendo que R\$ 35.00 (trinta e cinco reais), por cada refeição, (almoço/jantar), e R\$ 40,00 (quarenta reais) de pernoite.** Estes valores possuem natureza meramente indenizatória, ressarcimento de despesas, e, portanto, não integram o salário dos motoristas e demais funcionários. **As empresas que possuem veículos com cabines leitos, ficam desobrigadas de indenizar despesas de pernoite.**

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas adiantarão aos seus funcionários numerários suficientes à refeição e pernoite previstos para o curso da viagem. Estes funcionários ficam com a responsabilidade de prestação de

contas, logo após o retorno das viagens, através de Notas Fiscais ou Recibos e assinando o documento contábil de uso interno da empresa.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO.

Para cada 2 (dois) anos de serviço efetivos completados na empresa, esta concederá, mensalmente, ao seu empregado o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do seu salário mensal, fixando seu teto ao maior valor salarial da profissão, estipulado nesta Convenção, a título de Prêmio por Tempo de Serviço, que será devido a partir do mês seguinte que o empregado tiver completado 01(um) biênio de serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: O benefício acima tem natureza salarial, incorporando sobre férias e décimo terceiro e quaisquer outras verbas.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TICKET- ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão a todos os seus empregados atingidos pelo presente instrumento, mensalmente, **o valor de R\$ 308,59 (trezentos e oito reais, e cinquenta e nove centavos.) por intermédio de TICKET-ALIMENTAÇÃO do sistema PAT- PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR** (Lei 6.321 de 14 de abril de 1976) que serão pagos a partir de 01º de maio de 2024, junto ao salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A contribuição do empregado para a utilização do TICKET ALIMENTAÇÃO será de 5% (cinco por cento) sobre o valor pago no mês respectivo, o qual será descontado em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ficam excluídas da obrigação acima, as empresas que fornecerem aos seus funcionários cestas básica ou semelhante, cujo valor seja igual ou superior ao aqui estabelecido, caso o benefício seja de outro valor inferior, as empresas deverão complementá-lo.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PLANO DE SAÚDE.

É facultada a realização de contrato entre as empregadoras e empresas prestadoras de serviço de Plano de Saúde, por aceitação mútua dos **CONVENIADOS**, a todos os empregados abrangidos por esta convenção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: (ADESÃO DO EMPREGADO) A adesão ao plano de saúde conveniado com as empresas empregadoras é opcional para o empregado. Não sendo ônus das empresas suportar o custo de tal benefício.

PARÁGRAFO SEGUNDO: (BENEFICIADOS DO PLANO DE SAÚDE) O plano de Saúde referido no Parágrafo anterior é destinado à prestação de assistência médico hospitalar aos empregados que dele queiram participar, inclusive seus dependentes, considerando como tais, para os efeitos da participação no Plano o (a) companheiro (a), na forma da Lei Federal nº 9.278, de 10/05/1996, e filhos solteiros menores de dezoito (18) anos. A participação voluntária dos empregados e respectivos dependentes no Plano deve ocorrer mediante adesão simultânea ao ato de contratação, ficando, os beneficiários, sujeitos às condições de atendimento e ao cumprimento da carência estipulada pela prestadora dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: (COPARTICIPAÇÃO DO FUNCIONÁRIO) Os empregados que aderirem ao Plano autorizará a empregadora respectiva a realizar, mensalmente, descontos nas folhas de pagamento, em valor equivalente à quota respectiva da adesão. Devendo a empresa comunicar ao Sindicato Suscitante para fins estatísticos, possuindo o respectivo Plano ou contratando-o posteriormente.

PARÁGRAFO QUARTO: O SINDICATO tem convênio com operadora de plano de saúde empresarial, (HAPVIDA), para as empresas que querem aderir um plano para os seus funcionários, com valor diferenciado.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO.

As empresas fornecerão, gratuitamente, para seus empregados seguro de vida em grupo, devendo o valor do Benefício ser de 10(dez) vezes o piso do salário base do trabalhador. Aos funcionários beneficiados as empresas entregarão uma cópia do contrato do referido benefício

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÕES DO CONTRATO DE TRABALHO.

As rescisões de contratos de trabalho dos empregados, com mais de um ano de serviço, serão homologadas no Sindicato suscitante, desde que os trabalhadores estejam filiados, com suas obrigações quitadas, e os que contribuem com o sindicato com o desconto negocial, acompanhados dos documentos previstos na CLT.

Para a realização de homologação, de trabalhador não filiado ao sindicato, será cobrado o valor de R\$ 150,00(Cento e cinquenta reais) por trabalhador, sendo aceito somente pagamento em espécie. Este valor será para custear as despesas do sindicato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MULTAS DE TRÂNSITO.

A infração de trânsito cometida por fato decorrente do veículo é de responsabilidade da empresa, inclusive às penalidades. Todavia, o empregado antes do início da jornada de trabalho deverá fazer a checagem das condições do veículo sob pena de ser responsabilizado pela infração cometida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A infração de trânsito cometida por ato do motorista é de sua exclusiva responsabilidade, inclusive o pagamento da multa, os pontos e a defesa que eventualmente se fizer necessária.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas ficam autorizadas a descontar o valor da multa de trânsito, correspondente às situações previstas no parágrafo anterior, do salário do empregado infrator. Todavia, o valor deverá ser devolvido se a multa for indevida por manifestação do órgão competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após o recebimento das notificações de infração de trânsito, as partes terão o prazo de 10 dias para entregar uma à outra, as informações e documentos necessários para instrução da defesa, que poderá ocorrer por meios eletrônicos.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CARONA

O motorista é proibido de se fazer acompanhar por terceiros no veículo a ele confiado, sem a autorização expressa do empregador. A inobservância acarretará punições previstas na CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AS EMPRESA FICAM AUTORIZADAS A EFETUAR O DESCONTO NOS SALÁRIOS.

PARAGRAFO PRIMEIRO- O empregado que exercer a função de motorista devera zelar pela conservação do veículo e da carga, obrigando se a levar imediatamente ao conhecimento da empresa os imprevistos ocorridos, a fim de minimizar os danos.

PARAGRAFO SEGUNDO- Tendo em vista que e dever do motorista profissional respeitar a legislação de trânsito, como preceitua o artigo 235 B, inciso III da CLT. Inserido pela lei 13.103/2015, o empregador poderá proceder o desconto salarial da integralidade, dos danos materiais causado por atos decorrentes de falta de zelo, desrespeito à legislação de trânsito e/ou culpa em acidente, cuja inflações seja certificadas por multa, boletim de ocorrência, laudo técnico, ou por confissão do motorista.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA - EMPREGADA GESTANTE.

A empregada gestante não poderá ser dispensada, sem justa causa, deste a confirmação da gravidez até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, conforme dispõe o art. 10, II, b, das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - VÉSPERA DA APOSENTADORIA.

A todos os empregados que estiverem faltando 01 (um) ano de serviço para concessão de aposentadoria, desde que tenha 01 (um) ano consecutivo na empresa, fica garantida a estabilidade provisória durante este tempo, ressalvando-se a demissão por justa causa.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO 12X36

Fica autorizada a adoção da jornada de trabalho de 12 X 36 (horas) para os Motoristas que estiverem desenvolvendo suas atividades em pátios de manobras. Fica igualmente autorizada a adoção desta jornada para as funções de guarda noturno e operador de rastreador. A adoção desta jornada de trabalho não implica em obrigação a empresa empregadora de fornecimento de alimentação ao trabalhador.

PARÁGRAFO ÚNICO – HORAS EXTRAS NA JORNADA 12 X 36

Os empregados que trabalham na jornada 12 X 36 não farão jus a nenhum adicional de horas extraordinárias, de eventual trabalho realizado em domingos, em razão da automática e vantajosa compensação com folgas de 36 horas seguidas após 12 horas de trabalho.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE HORAS- EXTRAS

As empresas ficam autorizadas há compensar as horas extras trabalhadas pelos seus empregados, no prazo e na forma fixada pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, desde que as folgas não sejam inferiores 11 (onze) horas. Os referidos acordos deverão ser homologados pelos sindicatos acordantes. Todo feriado trabalhado, tem que ser pago dentro do mês trabalhado, de forma 100% cem por cento. Exceto para aqueles trabalhadores, cujo a jornada de trabalho 12X36.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - TEMPO DE DIREÇÃO.

Período em que o Motorista estiver efetivamente ao volante de um veículo em curso entre a origem e o destino, computado para este efeito as interrupções involuntárias, tais como as decorrentes de engarrafamentos, semáforos e sinalização de trânsito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FRACIONAMENTO INTERJORNADA

As partes signatárias, após a realização de assembleia com a categoria, discutiram e deliberaram sobre a jornada de trabalho dos motoristas, em razão das alterações na Lei 13.103/2015 promovidas pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5322, que, em sua decisão, o Supremo Tribunal Federal considerou a prevalência das negociações coletivas sobre disposições legais, permitindo que as entidades sindicais, ora negociantes, por meio da presente Convenção Coletiva de Trabalho estabeleçam regras específicas para o regime de trabalho dos motoristas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em decorrência desta deliberação, as partes acordam que será permitida a autorização para o fracionamento do descanso interjornada, respeitando-se as seguintes condições: Dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso, sendo facultado o seu fracionamento de acordo com as necessidades operacionais e as particularidades do serviço, desde que respeitadas as seguintes condições mínimas: 8 (oito) horas ininterruptas de descanso no primeiro período; - O remanescente do período de descanso poderá ser usufruído dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao término do primeiro período de descanso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O fracionamento acordado será implementado durante a vigência do instrumento coletivo, de modo a garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares que regem a atividade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - TRABALHO EM FERIADOS CIVIS E RELIGIOSOS

Nos termos do Artigo 9º da Lei nº 605/1949, o trabalho realizado em feriados civis e religiosos, quando necessário em razão das exigências técnicas do setor de transporte, será remunerado em dobro, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da hora normal de trabalho, salvo se a empresa conceder folga compensatória em outro dia, a ser acordada com o empregado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do feriado trabalhado. A folga compensatória deverá ser concedida em dia útil, preferencialmente compatível com a escala de trabalho do empregado, respeitando-se as normas de descanso previstas na legislação vigente e nesta convenção coletiva.

Parágrafo Primeiro: A empresa deverá comunicar ao empregado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a necessidade de trabalho em feriado, salvo em situações de emergência ou força maior, devidamente justificadas.

Parágrafo Segundo: Caso a folga compensatória não seja concedida no prazo estipulado, a remuneração em dobro será devida, acrescida de eventuais adicionais previstos nesta convenção, sem prejuízo do pagamento do repouso semanal remunerado.

Parágrafo Terceiro: O intervalo mínimo de 11 (onze) horas entre duas jornadas, poderá ser fracionado, garantindo o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período, preferencialmente no local de origem do trabalhador.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

Fica autorizada a execução de 02 (duas) horas extras/dia, podendo, excepcionalmente, nos termos do artigo 235-C, da CLT, alterado pela Lei 13.103/2015, e de acordo com a necessidade da empresa, ser acrescida de mais 02 (duas) horas extras/dia, desde que respeitado o descanso semanal e demais intervalos legais, ali previstos. Mencionadas horas extraordinárias somente poderão ser executadas com prévia autorização da gerência de transportes, sob assinatura e carimbo no diário de bordo.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RESPONSABILIDADE POR INTERVALOS.

É responsabilidade dos Motoristas a paralisação dos serviços para descanso e refeição nos termos do artigo 235 B, inciso III da CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO – CONSEQUENCIAS

O descumprimento, pelo motorista, do estabelecido na cláusula anterior desobriga a empresa de pagamento por eventual indenização por ele pleiteada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOS INTERVALOS DE DESCANSO DE TEMPO DE DIREÇÃO.

O Motorista deverá observar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas ininterruptas de direção. Este intervalo poderá ser fracionado, desde que não completadas as 4 (quatro) horas ininterruptas de direção e atenda as exigências dos órgãos regulamentadores.

Descanso Semanal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DESCANSO SEMANAL EM VIAGENS COM DURAÇÃO SUPERIOR A UMA SEMANA

Nas viagens com duração superior a 1 (uma) semana, o descanso semanal remunerado será de 36 (trinta e seis) horas por semana trabalhada ou fração semanal trabalhada, e seu gozo ocorrerá no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou em seu domicílio. Fica pactuado, que o motorista empregado, desde que autorizado pelo empregador e se assim desejar, poderá gozar o seu descanso semanal remunerado no veículo em que estiver trabalhando, mas, somente se o mesmo for dotado de cabine leito, e possa permanecer estacionado em local seguro, onde haja possibilidade de alimentação e higiene pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO – ACUMULO DO DESCANSO SEMANAL EM VIAGENS COM DURAÇÃO SUPERIOR A UMA SEMANA

É permitido o acúmulo do descanso semanal remunerado, desde que não ultrapasse o limite de 108 (cento e oito) horas, devendo ser usufruído ininterruptamente pelo total de tempo acumulado, e coincidir preferencialmente com um domingo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALOS DE REFEIÇÃO, REPOUSO DIÁRIO, E DESCANSO SEMANAL.

É direito e dever do Motorista gozar de intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, além de intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas a cada 24 (vinte e quatro) horas e descanso semanal de 35 (trinta e cinco) horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FOLHA DE PONTO.

Fica facultativo o fechamento do ponto do trabalhador do dia vinte e um (21) á vinte (20) do mês subsequente

para a Empresa que queira aderir, desde que não traz prejuízo para o trabalhador, como no DSR e nas horas extras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando houver falta injustificada após o fechamento do ponto será descontado no mês seguinte, e que o trabalhador tenha esclarecimento na folha de ponto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE FIDEDIGNOS DE JORNADA.

A Empresa deverá utilizar-se de meios fidedignos para o controle da Jornada de Trabalho do Motorista, podendo empregar meios eletrônicos idôneos instalados nos veículos, ou ainda, diário de bordo, papeteleta ou ficha de trabalho externo, nos termos do § 3º. Do art. 74 da CLT, comprometendo-se os Motoristas ao correto preenchimento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DE TEMPO DE DIREÇÃO.

É dever exclusivo do Motorista o cumprimento dos intervalos de repouso e tempo de direção estabelecido na legislação e nesta Convenção. Não poderá o Motorista descumprir a pretexto de excesso de trabalho, ou outra alegação, ficando sujeito às sanções disciplinares, nos termos da CLT, em caso de descumprimento da obrigação contida neste parágrafo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO

Empresas e Motoristas obrigam-se a adequar toda a operação da atividade de transporte de forma a possibilitar o controle da jornada NORMAL de trabalho dos Motoristas, que não poderá ser superior a 8 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais admitidas à prorrogação desta jornada por até 2 (duas) horas extraordinárias ao dia. Será computado como Jornada de Trabalho o tempo que o Motorista estiver à disposição da Empresa, descontados os intervalos para refeição, repouso, descanso e o tempo de espera.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - REPOUSO DIÁRIO NO REGIME DE REVEZAMENTO.

É direito e obrigação do Motorista que trabalha em regime de revezamento o repouso diário mínimo de 6 (seis) horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo ou, se na cabine leito, com o veículo estacionado. O tempo de repouso, enquanto o veículo em movimento, no que exceder a jornada normal, será computado como Tempo de Reserva (TR).

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS.

Em situações excepcionais, devidamente justificadas e desde que não comprometa a segurança rodoviária, o tempo de direção poderá ser prorrogado por até 1 (uma) hora, de modo a permitir que o condutor, o veículo e sua carga cheguem a um lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - VEÍCULOS EMBARCADOS.

Nos casos em que o Motorista tenha que acompanhar o veículo transportado por qualquer meio onde ele siga embarcado, e que a embarcação disponha de alojamento ou que o veículo disponha de cabine leito, para gozo dos intervalos para refeição, repouso Inter jornada descanso semanal, esse tempo de refeição, repouso e descanso não serão computados como jornada de trabalho.

Saúde e Segurança do Trabalhador

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ELEIÇÃO DA CIPA.

As empresas se comprometem a comunicar ao Sindicato Suscitante, com 30 (trinta) dias de antecedência, a convocação de eleições para a escolha dos representantes de empregados na Comissão de Prevenção de Acidentes – CIPA.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADO MÉDICO E AVISO PRÉVIO CONSULTA MÉDICA

As empresas aceitarão atestados médicos ou odontológicos, estes quando se tratar de extração dentária ou de outra intervenção fornecida para fins de justificar ou abonar faltas ao serviço.

Campanhas Educativas sobre Saúde

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - - PROGRAMA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E DE BEBIDAS ALCOÓLICAS.

As empresas poderão implantar programas internos de controle, prevenção e combate ao uso de drogas e de bebidas alcoólicas, além de campanhas e ações específicas sobre estes temas, ficando autorizado desde já, o uso de bafômetros e de exames laboratoriais em empregados, com ampla ciência do mesmo.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - INFORMATIVO DOS SINDICATOS

As empresas permitirão que sejam afixados no local de trabalho, avisos ou quaisquer orientações que tenham caráter político, da parte dos SINDICATOS LABORAIS. Bem como permitirão todo acesso desejado ao interior das respectivas empresas, para orientação e discussão de assuntos de interesse da classe.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADE DO SINDICALIZADO.

As empresas descontarão na folha de pagamento dos empregados, desde que autorizadas por escrito pelo empregado associado ao Sindicato, conforme listagem fornecida pelo mesmo, às mensalidades devidas, de acordo com o que preceitua o art. 345 da CLT.

PARAGRAFO ÚNICO: DIREITOS DOS ASSOCIADOS.

O Sindicato oferece para todos os filiados, assistência, odontológica, e jurídica, o valor da filiação, e de 1% sobre o salário base do titular.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIÁVEL.

As empresas descontarão na folha de pagamento de todos os seus empregados, a importância equivalente a **10% (dez por cento)** de suas respectivas remunerações, dividida em **02 (duas) parcelas, que deverão ser recolhidas em 10/07/2025 e 10/12/2025, sobre os salários de junho e novembro de 2025. Aprovada em assembleia realizada com os trabalhadores, assinada em (ATA) realizada no sindicato.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – NOVOS CONTRATADOS

Da mesma forma, será descontada a importância equivalente a **5% (cinco por cento) em folha de Pagamento,** sobre a remuneração daqueles que forem admitidos na vigência desta Convenção e que ainda Não tiverem sofrido estes descontos, a ser repassada ao sindicato obreiro, no mês subsequente ao do Desconto.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA DO SINDICATO PATRONAL

Por decisão unânime da Assembleia Geral Extraordinária da categoria econômica, as empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Encomendas do Sudoeste Goiano e Logística – SETCESG & LOGISTICA, com abrangência em toda sua base territorial: *Goiás* Acreúna, Apore, Aparecida do Rio Doce, Cachoeira Alta, Cacu, Castelândia, Chapadão do Céu, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, Jataí, Lagoa Santa, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Paranaiguara, Perolândia, Portelândia, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra, São Simão, Serranópolis e Turvelândia, associados ou não, ficam obrigadas ao pagamento de uma contribuição assistencial ou taxa de negociação salarial patronal igual a R\$ 1.895,76 (hum mil e oitocentos e noventa e cinco reais, e setenta e seis centavos) dividida em 03 (três) parcelas, a primeira no valor de R\$ 631,92 (seiscientos e trinta e um reais, e noventa e dois centavos), vencendo em 10/06/2025, a segunda no valor de R\$ 631,92 (seiscientos e trinta e um reais, e noventa e dois centavos), vencendo em 10/08/2025 e a terceira no valor R\$ 631,92 (seiscientos e trinta e um reais, e noventa e dois centavos), vencendo em 10/10/2025, em favor do sindicato patronal (SETCESG & LOGISTICA,), necessária a instalação ou manutenção de atividades sindicais previstas no diploma consolidado (CLT) e Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: FORMA DE RECOLHIMENTO

A referida contribuição deverá ser recolhida em guia própria fornecida pelo Sindicato Patronal, nos meses de junho, agosto e outubro de 2025, até o dia 30 do respectivo mês. O não recolhimento ou atraso no mesmo incidirá multa de 2% (dois por cento) nos primeiros 30(trinta) dias, com adicional de 1% (um por cento) ao mês, após a devida correção pela UFIR, independente de despesas judiciais decorrentes de cobrança, que porventura venham a ser intentadas pelo Sindicato Patronal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIÁVEL.

Será devida uma contribuição para o custeio em favor do Sindicato laboral por TODOS os trabalhadores da categoria, nos termos da decisão proferida pelo STF em sede de Embargos Declaratórios no ARE 1018459, Tema 935, com repercussão geral: “é constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados,

desde que assegurado o direito de oposição". Assim, a empresa, descontará na folha de pagamento de todos os trabalhadores da categoria, a contribuição de custeio do Sindicato dos trabalhadores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será garantido o direito de oposição ao desconto da contribuição ao trabalhador não associado, devendo o mesmo se manifestar por carta de oposição, redigida pelo próprio punho, não sendo aceita carta redigida por computador, ou feita pela empresa, o mesmo deverá entregar na sede do Sindicato, no prazo de 10 dias , a contar do dia seguinte à efetivação do respectivo desconto em seu contracheque, acompanhado de cópia do respectivo contracheque.

a) a oposição feita na sede do Sindicato, para ser válida, deverá ser feita na sede da entidade sindical, no horário das 13h00m até às 1630hs.

b) o Sindicato compromete-se a fazer a restituição da contribuição descontada do trabalhador que formalizou "oposição" ao desconto da contribuição, **no prazo máximo de 30 dias** , contados do protocolo do direito de oposição do trabalhador junto ao Sindicato;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A iniciativa patronal, seja via RH, Contador, ou qualquer Chefia, em incentivar/estimular/orientar o trabalhador, entregando modelo padrão de oposição, fornecendo transporte para o deslocamento empresa-Sindicato e/ou outros meios, ainda que indiretamente, agindo por assentimento, nesse assunto interno do custeio sindical que é assunto de interesse tão somente do Sindicato e dos trabalhadores, configura prática antissindical, ensejando que haja o ressarcimento ao Sindicato pela empresa (art. 223-E da CLT);

a) o ressarcimento será o valor de um piso salarial vigente por cada trabalhador orientado, que reverterá integralmente em favor do Sindicato dos trabalhadores;

b) na ausência de Piso Salarial no instrumento coletivo de trabalho, o valor arbitrado para ressarcimento, será de 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) por trabalhador.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DAS POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

Acordam as partes que na ocorrência de alterações na legislação brasileira, notadamente no que concerne a jornada de trabalho dos motoristas e tempo de direção, deverá ser imediatamente ajustado Termo Aditivo a presente Convenção Coletiva, de forma a adequar à nova legislação e interesses das partes.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ABRANGÊNCIA DA C.C.T.

A presente Convenção Coletiva de Trabalho alcançará os motoristas e demais trabalhadores das Empresas de Transportes de Cargas Secas e Líquidas. Sejam quais for suas funções, atividade, por eles exercida dentro da Base Territorial das entidades que subscrevem este instrumento nas atividades de Transportes Rodoviários de Cargas Secas e Líquidas. (Art. 577CLT)

JOAO ROBERTO NEVES
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE ROD RIO VERDE

LUIZ LIBERALINO DE CARVALHO
Secretário Geral
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS

ZALDO CALISTO DE LIMA
Presidente
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E ENCOMENDAS E LOGISTICA DO
SUDOESTE GOIANO

ANEXOS
ANEXO I - ATA CARGAS SECAS E LIQUIDAS 2025.2026

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000516/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 06/07/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR035922/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47997.287861/2025-47
DATA DO PROTOCOLO: 27/06/2025

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 47997.275144/2025-72
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 16/06/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE ROD RIO VERDE, CNPJ n.
37.275.591/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO ROBERTO NEVES;

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS, CNPJ n.
37.275.906/0001-29, neste ato representado(a) por seu Secretário Geral, Sr(a). LUIZ LIBERALINO DE
CARVALHO;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E ENCOMENDAS E LOGISTICA
DO SUDOESTE GOIANO, CNPJ n. 00.686.087/0001-00, neste ato representado(a) por seu
Presidente, Sr(a). ZALDO CALISTO DE LIMA;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as
condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período
de 16 de junho de 2025 a 30 de abril de 2026 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s)
Trabalhadores Em Transportes Rodoviário, com abrangência territorial em **Cachoeira Alta/GO,**
Caçu/GO, Jataí/GO, Mineiros/GO, Montividiu/GO, Perolândia/GO, Quirinópolis/GO, Rio Verde/GO,
Santa Helena de Goiás/GO e Serranópolis/GO.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA TERCEIRA - ACORDOS DE PRODUTIVIDADE PARA MOTORISTAS

ACORDOS DE PRODUTIVIDADE PARA MOTORISTAS, passará a vigorar com a seguinte **redação**: Fica instituído, em caráter facultativo, o Acordo de Produtividade para Motoristas, com o objetivo de incentivar a eficiência operacional, a pontualidade nas entregas e o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas pelas empresas de transporte e logística vinculadas ao SETCESG.

Relações Sindicais Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUARTA - ASSISTÊNCIA DO SINDICATO PATRONAL

O PARÁGRAFO SEGUNDO DA CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA, passará a vigorar com a seguinte **redação**: Fica assegurado, às empresas representadas pelo SETCEG & LOGÍSTICA, o direito de oposição à cobrança da TAXA ASSISTENCIAL/ NEGOCIAL PATRONAL, prevista na cláusula quadragésima quinta, o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINTA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

Ficam ratificados e, portanto, permanecem inalterados as demais cláusulas e seus Parágrafos da Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, registrada no Sistema Mediador sob o número da solicitação: MR026802/2025.

Rio Verde/GO, 16 de Junho de 2025.

JOAO ROBERTO NEVES

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE ROD RIO VERDE

LUIZ LIBERALINO DE CARVALHO

Secretário Geral

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS

ZALDO CALISTO DE LIMA

Presidente

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E ENCOMENDAS E
LOGISTICA DO SUDOESTE GOIANO**

ANEXOS
ANEXO I - ATA ADITIVO TRANSPORTES DE CARGAS 2025.2026

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.